




Discussões acerca da memória da Ditadura Civil-Militar: patrimônio cultural, lembrança e educação

 César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹,  Anezia Martins Arruda Lopes²,  Fabiana Oliveira de Sousa Silva³
^{1, 2, 3} Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Licenciatura em Ciências Sociais - Unidade Babaçu: Rua 6, s/n,
Setor Vila Santa Rita. Tocantinópolis - TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: cesarpolitika@gmail.com

RESUMO. Ao trabalharmos com a memória, suscitam-se várias discussões que se relacionam tanto com o espaço quanto com o tempo e, sobretudo, com os personagens no jogo das lembranças e esquecimentos. Esta comunicação possui como objetivo principal examinar a memória política da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) na cidade de Porto Franco/MA, palco de eventos e personagens de destaque em face da Operação Mesopotâmia (1971) e da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) em seu diálogo com uma educação cidadã. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica e histórica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo dos documentos do período. Como resultado da pesquisa, consideramos que embora haja as sequelas da violência e do medo em virtudes dos traumas advindos do período da ditadura civil-militar, não obstante, a cidade de Porto Franco conseguiu manejar a sua memória de modo a buscar saldar algumas dívidas com o passado, especialmente com personagens que contribuíram na luta contra o período ditatorial e em benefício da própria da cidade.

Palavras-chave: ditadura civil-militar, patrimônio cultural, memória, educação cidadã.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19454	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Discussions about the memory of the Civil-Military Dictatorship: cultural heritage, remembrance and education

ABSTRACT. When we work with memory, it raises several discussions that relate to both space and time and, above all, with the characters in the game of memories and forgetting. This communication's main objective is to examine the political memory of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) in the city of Porto Franco/MA, stage of events and prominent characters in the face of Operation Mesopotamia (1971) and Guerrilha do Araguaia (1972 -1975) in his dialogue with civic education. For methodological purposes, this will be a qualitative work, based on a bibliographic and historical review on the topic; Likewise, we will carry out content analysis of documents from the period. As a result of the research, we consider that although there are the consequences of violence and fear due to the traumas arising from the period of the civil-military dictatorship, nevertheless, the city of Porto Franco managed to manage its memory in order to seek to pay off some debts with the past, especially with characters who contributed to the fight against the dictatorial period and for the benefit of the city itself.

Keywords: civil-military dictatorship, cultural heritage, memory, citizenship education.

Debates sobre la memoria de la Dictadura Cívico-Militar: patrimonio cultural, memoria y educación

RESUMEN. Cuando trabajamos con la memoria planteamos varias discusiones que se relacionan tanto con el espacio como con el tiempo y, sobre todo, con los personajes del juego de los recuerdos y el olvido. El principal objetivo de esta comunicación es examinar la memoria política de la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985) en la ciudad de Porto Franco/MA, escenario de acontecimientos y personajes destacados frente a la Operación Mesopotamia (1971) y la guerrilla de Araguaia. (1972-1975) en su diálogo con la educación cívica. Para efectos metodológicos, este será un trabajo cualitativo, basado en una revisión bibliográfica e histórica sobre el tema; Asimismo, realizaremos análisis de contenido de documentos de la época. Como resultado de la investigación, consideramos que si bien existen consecuencias de violencia y miedo por los traumas derivados del período de la dictadura cívico-militar, la ciudad de Porto Franco aún supo gestionar su memoria para buscar saldar algunas deudas con el pasado, principalmente con personajes que contribuyeron a la lucha contra el período dictatorial y en beneficio de la propia ciudad.

Palabras clave: dictadura cívico-militar, patrimonio cultural, memoria, educación cívica.

Introdução

Quando refletimos sobre memória e Patrimônio Cultural compreendemos que as suas imbricações são uma construção coletiva, realizada a partir de muitas vozes e testemunhos que se dispõem a construir a história de um período e de um espaço local. De igual modo, temos consciência que a história oficial, na maioria das vezes, é extremamente seletiva, podendo ser recortada através do olhar arbitrário dos centros de tradições que possuem capital social de distinção para contar, selecionar e mensurar. Nesse cenário, compreendemos que a memória e o patrimônio possuem atributos em disputa, a partir de vários personagens, fragmentos, autores e centros de tradições.

O processo de forja da memória de uma determinada cidade, por conseguinte, torna-se ainda mais complicado quando trabalhamos com o período da ditadura civil-militar brasileira¹ (1964-1985), haja vista que fora um momento histórico extremamente complicado politicamente e que legou severas fraturas para a futura democracia brasileira, sobretudo, traumas coletivos difíceis de serem curados em face do terror de Estado, justamente, em virtude das inúmeras violações contra os direitos humanos.

A Guerrilha do Araguaia foi um importante movimento de resistência armada contra a ditadura militar no Brasil, ocorrido entre 1972 e 1975, na região do Bico do Papagaio, entre os estados do Tocantins e Pará (Figueiredo e Meirelles, 2018). Essa ação foi movida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo como um de seus objetivos enfrentar o governo vigente (Figueiredo & Meirelles, 2018).

Segundo Figueiredo e Meirelles (2018), os guerrilheiros visavam estabelecer apoio da população na região e promover a luta armada. A guerrilha, no entanto, foi reprimida pelos militares, fazendo com que resultasse em confrontos violentos entre os dois grupos. Nesses confrontos, muitos guerrilheiros foram torturados, executados, e outros desapareceram sem deixar rastros.

É importante ressaltar que a Guerrilha do Araguaia se tornou um marco significativo na resistência armada contra a ditadura no Brasil (Figueiredo & Meirelles, 2018). Todavia, as

ações militares resultaram em diversas vidas perdidas e desaparecimentos, deixando marcas históricas no país (Figueiredo & Meirelles, 2018).

A memória dos personagens que desapareceram durante a Guerrilha do Araguaia é um tema de grande relevância. Muitos familiares e amigos dos guerrilheiros buscam manter vivas as lembranças e o legado daqueles que lutaram contra a ditadura militar (Figueiredo & Meirelles, 2018). Nesse contexto, a preservação da memória desses personagens é essencial para a construção de narrativas históricas mais completas e para uma compreensão mais ampla sobre a ditadura militar no Brasil, bem como para reforçar os valores da democracia e dos direitos humanos (Figueiredo & Meirelles, 2018).

No cenário dos personagens que edificam a memória do período e, principalmente, o patrimônio memorialístico de um determinado local, destacamos os agentes políticos que possuíram parte ativa no processo de luta contra o regime militar. Muitas das reminiscências memorialísticas foram edificadas, *a posteriori*, em face do trabalho de familiares, moradores e personalidades públicas dispostas a trazer à tona determinados personagens que, de alguma maneira, contribuíram contra o período ditatorial e para a reconstrução da democracia. A partir do exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar a memória política da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) na cidade de Porto Franco/MA, palco de eventos e personagens de destaque em face da Operação Mesopotâmia (1971) e da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) em seu diálogo com uma educação cidadã.

Além dos aspectos históricos e políticos, a memória da ditadura civil-militar brasileira em Porto Franco/MA também se entrelaça com a promoção de uma reflexão crítica sobre os direitos humanos e a importância da democracia. Projetos educacionais e culturais na comunidade local são essenciais para preservar os eventos e personagens históricos, como a Operação Mesopotâmia e a Guerrilha do Araguaia. Essas iniciativas visam engajar os estudantes na compreensão do legado desses períodos turbulentos e sua relevância para a sociedade brasileira contemporânea.

Para a consecução deste objetivo, cabe refiná-lo nos seguintes momentos: 1) o exame do perfil do médico João Carlos Haas Sobrinho, o Dr. Juca, personagem de destaque da Guerrilha do Araguaia e que viveu na cidade, bem como do conjunto memorialístico

edificado no presente para lembrá-lo e, por fim, 2) a compreensão da importância de Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político da cidade no ano de 1971 a partir da perseguição militar gerada na Operação Mesopotâmia, tendo a família somente localizado seus restos mortais no ano de 2013. E, por fim, 3) discussões acerca da educação patrimonial com vista a enfeixar o diálogo entre os personagens e a cultura cidadã. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica e histórica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo dos documentos do período.

Dr. João Carlos de Haas Sobrinho

Registrar a memória de alguém em lugares, como escolas, complexos, praças, entre outros, se torna algo significativo, além de preservar a memória de pessoas que foram importantes para a sociedade, também conta a história por trás da memória que foi registrada. Tomaz (2010) afirma que “a noção de patrimônio deve ir além da mera concepção de ser apenas uma coleção estática de objetos, documentos e edificações, visto estar embasada em processos sociais mais amplos” (p. 3). O patrimônio cultural juntamente com a memória social passa a ter como significados o identitário de determinado grupo social, esses patrimônios são construídos através de reproduções de memórias sociais.

Nessa concepção, através de pesquisas e análises de campo, buscamos abordar sobre o “Complexo Esportivo – Dr. João Carlos Haas Sobrinho” em Porto Franco do Maranhão. A inauguração do complexo teve como homenagem o ex-guerrilheiro Dr. João Carlos Haas Sobrinho. É interessante, a importância pela qual tiveram de preservar a memória de um dos participantes da Guerrilha do Araguaia, assim como demonstra o mérito que ele teve para a cidade de Porto Franco. Silva (2008) afirma que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (p. 136). A memória de João Carlos de Haas, mais conhecido como Dr. Juca, foi de grande relevância para a população porto-franquina.

João Carlos de Haas Sobrinho, nasceu em 24 de junho de 1941 em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, com apenas de 17 anos de idade, foi aprovado no vestibular de medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde teve grande destaque dentre sua trajetória na universidade, João Carlos possuía uma visão ampla sobre a realidade, principalmente quando se tratava da classe menos favorecida, em que se sentia confrontado sobre as injustiças sociais e a exploração das classes, tendo como embasamentos as teorias marxistas, isto é, as concepções políticas estariam voltadas para as classes menos favorecidas (o proletariado), trazendo o encorajamento para que essas classes lutassem pelos seus direitos, indo contra as ideologias que são imposta pela classe dominante.

Ao se tornar líder estudantil passou a ter uma forte militância política, já insatisfeito com as crises e injustiças que vinham ocorrendo no país, passou a ter como êxito romper com o sistema e fazer a emancipação do povo contra a luta armada. Segundo Sousa (2006), afirma que João Carlos “... assumiu uma identidade política, que percorreu os caminhos trilhados pela AP e desembocou no PCdoB recém-organizado. Partido que o conduziria para a luta armada nas selvas da região do Araguaia” (p. 126).

Em 1966, Dr. Juca foi para a China juntamente com alguns membros do PCdoB, tendo como intuito se preparar para a Guerrilha, obtendo estudos que tornaram pertinentes para o aprendizado e a atuação que seria necessária para combater a ditadura civil-militar. Ao retornar para o Brasil, foram necessárias algumas orientações, Sousa (2006), descreve que;

...os comunistas candidatos a guerrilheiros foram orientados a seguir para o Brasil em rotas e vôos diferenciados. Assim, na volta da rica experiência da China, seguiram a orientação do Partido e dispersaram-se um a um e, por segurança, não deixaram transparecer o rumo e os destinos que deveriam tomar ao desembarcar no Brasil. A segurança estava acima de tudo. (p. 133).

Em 1967, Dr. Juca chega ao nordeste na cidade de Porto Franco, onde o município é localizado no sul do estado do Maranhão, a cidade é banhada pelas águas do Rio Tocantins e cortada pela Ferrovia Norte-Sul e pela BR-010 (Belém-Brasília). Segundo dados do IBGE de 2021, a cidade tem hoje uma população estimada em 24.294 habitantes. O motivo pelo qual o

Dr. Juca escolheu a cidade de Porto Franco seria pelo fato de que “... estava próxima à região pretendida pelo Partido para a instalação da Guerrilha” (Sousa, 2006, p.134).

Ao chegar em Porto Franco, o Dr. Juca começou a se instalar na cidade e percebeu que a mesma tinha carência de médicos, tanto no local que passava a residir quanto nas cidades vizinhas. Dessa forma, Dr. Juca passa a criar um pequeno consultório médico para atender a população. Não demorou muito para que a população simpatizasse com sua atenção e generosidade, principalmente pelo seu cuidado com as pessoas carentes e a disposição em ajudá-las. Foi com sua ajuda que foi criado o primeiro centro-cirúrgico da cidade, passando a atender as cidades vizinhas que precisavam fazer cirurgias e consultas.

Waldemar Gomes Pereira ao escrever o seu livro “Meu pé de Tarumã Florido: um retrato de Porto Franco”, descreve Haas como uma pessoa de “coração sensível”

O que sabíamos era apenas que em Porto Franco chegará um ótimo médico, homem de grandes virtude filantrópicas, com um coração sensível, para a pobreza de seu semelhante, que não mirava lucro algum pelo seu trabalho, fazendo mesmo intervenções complicadíssimas em pessoas sem recursos financeiros, sendo compensado pela gente simples do sertão apenas com frangos, mantimentos ou outros produtos nativos, outras vezes pagavam-lhe o quanto podiam pois seu lema, como ele mesmo dizia era “aliviar os sofrimentos”. (Pereira, 1997, p. 116).

A bondade do Dr. Juca era perceptível, além de passar confiança às pessoas que conviviam com ele. Mesmo residindo na cidade de Porto Franco, ele sempre manteve o contato com alguns membros do Partido Comunista, certo dia em um de seus atendimentos hospitalar passa a ir ao correio para pegar uma correspondência que recebia semanalmente, uma carta, não se sabe o que estava escrito, Dr. Juca reuniu algumas pessoas que estavam com ele, e passou a dar a notícia que precisava deixar a cidade, sem informar o motivo pelo qual ele teria que ir embora. Entretanto, houve diversas insistências da população para que Dr. Juca ficasse, pois, a população sabia o quão difícil seria perdê-lo. É notável que “múltiplos sentimentos tomaram conta do Dr. João Carlos ao perceber a importância que seu trabalho representava para a cidade que o abrigou e que ele aprendeu a admirar” (Sousa, 2006, p.138). Com sua partida, o Dr. Juca deixou lembranças e saudades para o município. Segundo Pereira (1997) Dr. Juca “Partiu no dia 23 de outubro de 1968, deixando o povo saudoso e perplexo”

(p. 117). Permitindo ficar apenas sua doce memória e o companheirismo que teve com a população.

No dia 30 de setembro de 1972, a população recebeu a notícia que foi tombado no campo de luta o Dr. João Carlos, um bravo combatente das forças guerrilheiras do Araguaia, foi assassinado pelas tropas dos exércitos na área do Caiano, próximo a São Geraldo, município de Conceição do Araguaia.

Como forma de agradecimento pela contribuição do dr. Juca na cidade de Porto Franco, foi realizado no dia 28 de maio de 2011, a inauguração do patrimônio cultural o “Complexo Esportivo - Dr. João Carlos de Haas Sobrinho”. A cidade homenageou o doutor pelos seus serviços prestados e principalmente por lutar pelo que acreditava, sendo um dos responsáveis pela redemocratização do país. A homenagem teve o comparecimento de sua irmã Sônia Haas, representando a família do ex-guerrilheiro:

Sônia Haas, irmã de João Carlos, representará a família nas homenagens ao guerrilheiro. “O povo da cidade (Porto Franco) tem um carinho enorme por ele e sempre que pode, evidencia isso em eventos e homenagens. Será mais uma vez uma grande honra para mim poder compartilhar de momentos especiais como esses e ver o nome do nosso irmão ser reconhecido com dignidade e respeito por onde passou.” (Jerry, 2011).

O patrimônio tem como fundamento contemplar o passado histórico e produzir a memória. Segundo Tomaz (2010) entende-se que quando se constrói um patrimônio se tem a concepção que fazem parte da cultura de um povo ou até mesmo parte da história, haja vista que “a memória de um passado comum e da identidade social faz com que o grupo se sinta parte de qualquer lugar, do espaço que traz lume a história de todos” (p. 02).

A história construída por trás desse patrimônio demonstra a importância que Dr. João Carlos simbolizou a cidade de Porto Franco. A luta pelos seus direitos e a resistência, indo contra as ideologias impostas pela ditadura militar, dando força aos movimentos revolucionários, sempre ajudando os menos favorecidos e incentivando a população a lutar pelos seus direitos, um homem solidário e a amigo de todos, por onde passou durante sua trajetória de vida deixou sua memória, principalmente para a população de Porto Franco que tanto admirava.

É de suma relevância que um espaço histórico traz a possibilidade de reviver os momentos, os monumentos em materialidade são capazes de transmitir sua importância para a construção da cultura de uma cidade. Ao depararmos com o patrimônio cultural, observamos a influência que o ex-guerrilheiro teve, preservando seu passado histórico, levando a compreender que esse complexo não traz somente o nome do Dr. João Carlos, mais os caminhos que ele trilhou, trazendo a lembrança de sua memória para a população e a contribuição para cidade, onde sempre teve como objetivo ajudar o próximo e lutar pelas classes menos favorecidas.

Epaminondas Gomes de Oliveira

Paralelamente, é importante a valorização dos bens culturais, ao saber, o patrimônio cultural material ou imaterial de um povo, ou localidade, pois é através do patrimônio histórico e cultural que podemos aprender sobre a história e de tudo ao seu entorno. Proteger e valorizar os elementos culturais de um povo é manter viva a sua identidade. Por isso, torna-se de suma importância preservar, bens como as festividades populares, os monumentos, edifícios, lugares, a arte, a música, a culinária e outros elementos que dão sentido a história e que fazem parte da cultura de um povo. Assim, o patrimônio histórico é rico em informações sobre as tradições culturais e saberes de um povo e é uma importante fonte de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Deste modo, além da importância de saber o que é patrimônio cultural e sua respectiva potencialidade, também interessante entender o que está por trás desses registros, dessas preservações e do valor atribuído por uma pessoa ou um grupo a eles. Ademais, o patrimônio é um bem herdado culturalmente de nossos antepassados. Neste sentido Sandra Pelegrini afirma que “... Os bens materiais foram apreendidos, por um lado, como bens que recebemos de nossos antepassados e deixamos como espólio para nossos descendentes e, por outro lado, como o patrimônio coletivo representativo por vários grupos ou comunidades.” (Pelegrini, 2011, p. 53).

Conforme o exposto, torna-se relevante analisar a biografia de Epaminondas Gomes de Oliveira, na qual a Câmara Municipal de Porto Franco homenageia e a importância de preservar a memória dele para a construção histórica do município em questão. Igualmente, é importante averiguar a narrativa construída no decorrer do tempo através de significativas lutas para melhoria desta comunidade e para preservação do patrimônio cultural do qual ele foi contribuinte, analisando registros documentados.

A Câmara Municipal De Porto Franco, está localizada atualmente na Praça Demétrio Milhomem, nº01, Centro, Porto Franco, Maranhão. Foi fundada no dia 02 de janeiro de 1920, um dia depois da fundação do município de Porto Franco, MA. A câmara foi instalada no Salão da Sra. Maria Amélia Milhomem, localizada na Rua Joaquim Pereira, onde permaneceu até 1980, e em 1981 passou para prédio próprio, onde permanece instalada até os dias de hoje. O prédio da Câmara é um dos mais antigos da cidade, com o tempo pouca coisa mudou na sua arquitetura, e no momento encontra-se em reforma realizada pela prefeitura municipal. Câmara além de ser parte do poder administrativo do município de Porto Franco e apesar de seu plenário se chamar Oséias Gonçalves da Silva, seu prédio foi nomeado em memória do Sr. Epaminondas de Oliveira, fazendo-se parte do patrimônio histórico cultural da cidade.

No tocante aos dados biográficos, Epaminondas Gomes de Oliveira nasceu na cidade de Pastos Bons no Maranhão, no dia 16 de novembro de 1902. Ele era camponês, artesão e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e membro do (PRT) Partido Revolucionário dos Trabalhadores, na época do regime militar, que como anteriormente foi citado, ocorreu nos anos de 1964 a 1985.

Por volta de 1971, o exército realizou uma operação que ficou conhecida como Operação “Mesopotâmia”, que tinha como objetivo prender militantes e políticos que faziam oposição ao regime da época, na região do Bico do Papagaio, foi então que Epaminondas foi preso no dia 7 de agosto de 1971. Epaminondas foi levado para a guarnição do exército em Brasília, dado como desaparecido e depois a família soube de sua morte, segundo informações emitidas a causa de sua morte teria sido por anemia e desnutrição. Epaminondas faleceu no dia 20 de agosto de 1971 aos 68 anos, cerca de duas semanas depois de sua prisão.

Desde então, em busca de respostas sobre a real causa da morte de Epaminondas, sua família queria justiça e o direito de encontrar seu corpo e poder enterrá-lo junto dos seus. Segundo Epaminondas Neto, que tinha nove anos quando seu avô faleceu, o Sr. Epaminondas era humilde, amoroso e tinha a intenção de lutar pela liberdade, pelo direito dos mais pobres e pela democracia do Brasil.

Epaminondas Neto dedicou sua vida e a sua carreira a investigar, assim como levantar documentos que pudessem comprovar a verdadeira causa da morte do seu avô, foi então que a Comissão Nacional da Verdade criada em 2011 com o intuito de investigar as graves violações de direitos humanos, ocorridas entre 1946-1988 pelo governo do Brasil, entrou em ação. Sua Filha Beatriz Oliveira chegou a enviar uma carta para Emílio Garrastazu Médici, na época General ditador do Brasil, para que o corpo de seu pai fosse enviado para a cidade de Porto Franco e para que fosse enterrado pela família, mas o pedido foi negado.

Depois de muitas tentativas, audiências e investigações, a Comissão Nacional da Verdade conseguiu encontrar o verdadeiro local em que seu corpo fora enterrado, exumando o corpo e trazendo seus restos mortais em 2014 para a cidade de Porto Franco, foi então após 43 anos de sua morte que a família pode sepultá-lo. Com as análises a família conseguiu uma segunda certidão de óbito, contando a verdadeira causa de sua morte. Conforme comprovação, a verdadeira causa da morte de Epaminondas foi por tortura. O neto de Epaminondas conta que o objetivo da família não era ser indenizada e sim encontrar o corpo de seu ente querido, poder sepultá-lo e provar a causa de sua morte. Em conversa com Epaminondas Neto, ele afirma que seu objetivo foi atingido e que a sua família pode ter direito ao luto.

Com isso, fica evidente a importância de órgãos criados para trazer justiça às vítimas das trágicas lutas da história e a resistência dessas pessoas em busca de uma pátria melhor e da democracia. Neste sentido de trazer à memória a vítima da guerrilha do Araguaia e morador de Porto Franco, o Vereador Edidacio Lopes de Oliveira propôs que o nome do Prédio da Câmara Municipal fosse nomeado "Epaminondas Gomes de Oliveira". Em diálogo com Edidacio, ele declara que "Epaminondas foi um cidadão que lutou pela causa dos mais

pobres e mais vulneráveis da sociedade e morreu defendendo essa causa, morreu pelo Brasil", e que Epaminondas tem uma das mais bonitas histórias de vida de Porto Franco.

Por esse motivo, para rememorar a luta de Epaminondas, assim como de tantas outras vítimas da guerrilha do Araguaia, foi promulgado em 1 de setembro de 2014, o Decreto Legislativo de nº 009/2014 que denominava a Câmara Municipal de Porto Franco de Epaminondas Gomes de Oliveira, como forma de reconhecimento à sua memória. Contribuindo então, para a construção do memorial histórico de Porto Franco, Ma.

Diante destas informações, fica claro que por trás da simples nomeação de um edifício ou local, existem elementos que contribuem para construção história, havendo por trás uma história de lutas e representação política-civil, confirmando os ideais de um povo. Fica registrada a memória intangível de alguém que lutou pelo que acreditava ser o melhor para seus conterrâneos e que contribuiu para a história de seu povo.

Em suma, podemos considerar nesse contexto a afirmação do escritor Tomaz, “noção de patrimônio deve ir além da mera concepção de ser apenas uma coleção estática de objetos, documentos e edificações, visto estar embasada em processos sociais mais amplos” (2010, p. 3). Assim, a homenagem para Epaminondas, é muito mais que uma materialização, é patrimônio histórico cultural, símbolo de uma identidade.

Educação Patrimonial para uma cultura cidadã

Dialogando com os personagens, aquilatamos a importância de saber o que é patrimônio cultural e sua respectiva potencialidade, também é interessante entender o que está por trás desses registros, dessas preservações e do valor atribuído por uma pessoa ou um grupo a eles. Ademais, conforme já exposto, o patrimônio é um bem herdado culturalmente de nossos antepassados

Registrar a memória de alguém em lugares, como escolas, complexos esportivos, praças, entre outros, portanto, se torna algo significativo, além de preservar a memória de pessoas que foram importantes para a sociedade, também, conta a história por trás da memória que foi registrada. Tomaz (2010) afirma a importância do patrimônio cultural

juntamente com a memória social passa a ter como significados o identitário de determinado grupo social, esses patrimônios são construídos através de reproduções de memórias sociais.

É nesse sentido que discussões acerca da memória da ditadura civil - militar devem ser tratadas nos contextos educacionais. Dimenstein (2016) enfatiza que a educação patrimonial é um processo voltado para a promoção da valorização, divulgação e preservação do patrimônio em uma determinada sociedade. Este processo inclui a sensibilização das pessoas para a importância do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Através da educação patrimonial, os alunos são incentivados a compreender a história, as identidades e as memórias de diversas comunidades (Idem, 2016). Nesse sentido, Dimenstein (2016) destaca que a educação patrimonial enfoca a importância cultural na construção da identidade do indivíduo, seja ela coletiva ou individual.

Ao abordar essa temática sobre a educação patrimonial, entende-se que ela contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, bem como para a empatia e o respeito pelas diferenças. Através de atividades práticas, os alunos adquirem experiências que proporcionam vivências enriquecedoras e os conectam com suas heranças culturais, promovendo a preservação dos patrimônios para as futuras gerações.

A educação cidadã, tem um papel crucial na promoção da participação popular, na conscientização crítica e na resistência em prol de melhorias. Esse conceito se alinha perfeitamente com a educação patrimonial, que busca incentivar o reconhecimento, a difusão e a conservação do patrimônio cultural. A educação patrimonial inclui atividades concretas que ajudam os alunos a se conectarem com sua herança cultural. Isso não só estimula o pensamento crítico, mas também promove a compreensão e empatia em relação às diversas culturas. Essas atividades permitem vivências enriquecedoras que ajudam na construção de identidades e na preservação das tradições.

Ao ensinar sobre a ditadura, podemos utilizar a educação patrimonial para destacar a importância de preservar a memória daqueles que resistiram e lutaram contra a opressão. Isso pode incluir visitas a locais históricos, museus, monumentos e projetos de pesquisa sobre a vida e as lutas das pessoas afetadas pelo regime ditatorial. Essas atividades práticas não só promovem o pensamento crítico, mas também fomentam a empatia e uma compreensão mais

profunda das lutas históricas. Dessa maneira, a educação patrimonial desempenha um papel fundamental na formação da identidade tanto pessoal quanto comunitária, conforme destacado por Oliveira (2023), sugerindo uma reflexão sobre o papel da escola não apenas como transmissora de conhecimento, mas também como agente de construção de identidades e preservação da memória coletiva.

... A construção da identidade individual e coletiva também passa pela escola, seus interesses, finalidades e os “restos” com os quais podemos acessar esse cotidiano escolar que ainda estão presentes em escolas patrimonializadas com acervos repletos de subjetividade no complexo jogo da memória e a edificação dos “lugares para lembrar” do seu passado. Enfrentar esses, entre tantos outros desafios, é fulcral no momento em que no Brasil alguns chegam a colocar em dúvida o papel da escola, dos seus docentes e mesmo do poder transformador da educação. (idem, p. 23).

Ribeiro e Branco (2021) argumentam que os movimentos sociais são essenciais para restaurar a autoestima de indivíduos que, sozinhos, não conseguiriam transformar suas condições de opressão. Ao integrar a educação patrimonial com a memória da ditadura, ampliamos essa ideia para incluir a restauração da autoestima e da dignidade coletiva de uma sociedade que enfrentou períodos de opressão. A prática da cidadania se fortalece com a compreensão do passado, a valorização das lutas históricas e a conscientização dos direitos e deveres dos cidadãos.

Relacionar a educação patrimonial com a memória torna-se fundamental para a preservação do patrimônio cultural na sociedade, pois a memória está intrinsecamente ligada ao patrimônio (Dimenstein, 2016). É por meio dela que as pessoas de determinados locais constroem suas identidades, baseadas no conhecimento das histórias e na preservação de tradições.

A educação patrimonial contribui significativamente para transmitir a memória. Assim, preservar a memória da ditadura torna-se significativo para a construção da história nacional, permitindo honrar as vítimas (Dimenstein, 2016). Nesse contexto, a educação patrimonial possibilita trabalhar com locais e vestígios relacionados à ditadura, abordando temas como direitos humanos, democracia, desaparecimentos forçados, censura, torturas, dentre outros. A educação patrimonial referente à ditadura, contribui-se para que as futuras

gerações tenham acesso a esses documentos e informações sobre esse período histórico (Idem, 2016). Integrar as questões relacionadas à memória da ditadura na educação patrimonial para os alunos, faz com que as instituições promovam a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a promoção dos direitos humanos e das memórias coletivas (Dimenstein, 2016).

Considerações finais e diálogos pedagógicos

Ao trabalharmos sobre as questões da ditadura civil-militar brasileira torna-se um tema extremamente complexo, justamente pela tentativa de apagamento da história dos subalternos em detrimento de uma história oficial edificada pelo Terror de Estado ditatorial. Nesse cenário em constatare disputa, que se mantém perene até os dias atuais, discutir o tema, principalmente em sala de aula, torna-se objeto ainda mais desafiador.

Isso posto, pretendíamos examinar o patrimônio cultural de Porto Franco, as marcas e reflexos da ditadura incrustadas, como se fosse cicatrizes do tempo passado, agora no presente. Percebemos que existem diversos memoriais, seja em forma de prédio público e homenagens aos personagens que em face da sua luta por ter desafiado o regime vigente e por lutarem pelo retorno da democracia vislumbrando uma nova sociedade. Ou seja, verificamos que o ente público realizou essa trajetória de render homenagens aos seus protagonistas no cenário de luta, trazendo-os ao tempo presente.

A educação patrimonial entra, portanto, nesse cenário trazendo para as novas gerações uma cultura cidadã que fomente o respeito pela democracia, cultura e, sobretudo pela memória. Assim sendo, torna-se importante pensarmos em como poderemos trabalhar com essas discussões em sala de aula. Para tanto, sugerimos, por exemplo, detidamente no ensino de sociologia, o trabalho e a articulação da memória patrimonial com música, cinema e fotografias particulares de família em conjunto com os prédios da cidade, de modo a construir os nexos teóricos e as aproximações possíveis a ser alcançado através do vasto campo da memória dos alunos.

Concluindo, também podemos dialogar com pontos específicos da BNCC, detidamente com vista a recompor o período histórico, a fim de explicitar as marcas da violência na vida cotidiana, conforme esboçado nas habilidades EM13CHS103 e EM13CHS503, quais sejam:

Habilidades	Habilidades
(EM13CHS103). Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros)	(EM13CHS503). Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Além de destacar pontos específicos sobre o Brasil, as discussões em tela ainda oportunizariam um estudo mais pormenorizado das regionalidades e da política local. Em síntese, consideramos que as discussões propostas nesse recorte visam um aprofundamento de uma educação patrimonial, assim como de áreas correlatas no escopo das ciências humanas e aplicadas. Enfatizamos, ainda, que a partir do conhecimento da realidade de Porto Franco, igualmente poderíamos suscitar diálogos para conhecer a própria história familiar e questionar, dentro da própria casa, se também houve marcas do terror ditatorial na vida privada dos alunos, suscitando, pois, novos debates a fim de reconstruir a própria história da cidade.

Referências

Biografia (2021). Epaminondas Gomes de Oliveira. Wikipédia. Recuperado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Epaminondas_Gomes_de_Oliveira. Acesso: 14 de Nov. De 2022.

Biografia, Epaminondas Gomes de Oliveira. Memórias da Ditadura. [s.d]. Recuperado de: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/epaminondas-gomes-de-oliveira/>>. Acesso em: 14 de Nov. de 2022.

Brasil. (2020). *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: Ministério da Educação.

IBGE, Cidades. Histórico. Porto Franco MA. Recuperado de: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/porto-franco/historico>> acesso em: 16 de Janeiro de 2023.

Dimenstein, D. (2016). *A Educação Patrimonial, Memória e Cidadania: A Experiência dos Professores de História da Rede Municipal do Jaboatão dos Guararapes – PE* (Monografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Figueiredo, C. A. S., & Meirelles, M. (2018). O PCdoB e a Guerrilha do Araguaia: a memória dos desaparecidos políticos. *Revista Café com Sociologia*, 7(1), 131–148. Recuperado de: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/904>. Acesso em: 13 jul. 2024.

Jerry, M. (2011). Guerrilha do Araguaia: Porto Franco Ma homenageia João Carlos Haas Sobrinho. Fundação Maurício Grabois, Recuperado de: <https://grabois.org.br/2011/05/26/guerrilha-do-araguaia-porto-franco-ma-homenageia-joo-carlos-haas-sobrinho/>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

Oliveira, J. P. G., & Chaloba, R. F. S. (2023). Com o mar por meio: Patrimonialização Escolar em instituições educativas Luso-Brasileiras. *Revista História da Educação*, 27(1) Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/128695>.

Pelegri, S., & Funari, P. (2011). *O que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense.

Pereira, W. G. (2007). *Meu Pé de Taramã Florido: um retrato de Porto Franco*. Imperatriz: Editora Ética.

Sousa, D. M. C. C. (2006). *Trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Tomaz, P. C. (2010). A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista Fênix (UFU. Online)*, 7(1).

Silva, C. M. (2008). Em débito com o passado: história, memória e experiência de ensino utilizando bens culturais. In Milder, S., E. S., & Oliveira, J. R. (Orgs.) *Patrimônio Cultural: experiências plurais*. Santa Maria: Pallotti.

ⁱ Utilizamos conceitualmente o termo “civil-militar” ao nos referenciarmos ao período ditatorial brasileiro. Apenas o termo genérico “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese do golpe e manutenção da ditadura, desta forma, reiteramos o aporte do termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, lastreamo-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti (2016).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 08/11/2024
Aprovado em: 15/11/2024
Publicado em: 18/12/2024

Received on November 08th, 2024
Accepted on November 15th, 2024
Published on December, 18th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review
Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Figueiredo, C. A. S., Lopes, A. M. A., Silva, F. O. S. (2025). Discussões acerca da memória da Ditadura Civil-Militar: patrimônio cultural, lembrança e educação. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e19454.

ABNT

FIGUEIREDO, C. A. S.; LOPES, A. M. A.; SILVA, F. O. S. Discussões acerca da memória da Ditadura Civil-Militar: patrimônio cultural, lembrança e educação. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e19454, 2025.